

José Manuel de Oliveira Mendes

Centro de Estudos Sociais

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

**Perguntar e observar não basta, é preciso analisar:
algumas reflexões metodológicas**

1. Introdução

Neste texto apresento algumas reflexões em torno das opções metodológicas pelas quais orientei a recolha e a análise dos dados do meu estudo sobre a produção identitária nos Açores após a revolução de Abril de 1974.¹ Com um objecto multifacetado como a produção, circulação e reconstituição de identidades num espaço arquipelágico, recomendava-se uma utilização variada de técnicas de recolha dos dados, que surpreendessem os indivíduos e os grupos em diferentes contextos, com diferentes agendas e inscritos em diferentes dispositivos discursivos e práticos. Esta obrigação de errância por diversos locais exigia a utilização flexível das técnicas disponíveis, não num esforço de triangulação, numa acepção tradicional de busca da verdade última, mas sim para estabelecer conexões parciais e multiplicar o campo dos possíveis.

Essa utilização de múltiplas técnicas e a circulação em diferentes espaços permitiu variações de escala e de perspectiva. Como afirma Boaventura de Sousa Santos, a escala cria o fenómeno (1995: 460). Cada escala revela certos aspectos e, ao mesmo tempo, oculta e esquece outros. O que se apreende num questionário a uma amostra representativa não é o mesmo que se capta numa entrevista. Também é relevante, para aquele autor, a identificação dos patamares que permitem a construção e a regulação do que pertence a cada escala e do que lhe é exterior.² Boaventura Sousa Santos sugere a existência de três

¹ Ver Mendes (2003).

² Para uma aplicação destes conceitos no estudo do cancro, ver Nunes (1996).

patamares: o patamar da detecção, que permite distinguir entre o que é ou não relevante para a análise; o patamar da discriminação que distingue entre o que é ou não igual, e que justifica diferenças qualitativas no tratamento; um terceiro patamar é o da avaliação, que define o que é legítimo ou não incluir na análise a efectuar (1995: 466-467).

A opção metodológica adoptada não permite que me subtraia, como analista, aos enviesamentos e opções pessoais, nem dá acesso a um qualquer lugar transcendente e onisciente. Complexifica só os resultados e as conclusões, e permite estabelecer ligações, embora provisórias, entre os fenómenos em análise e descobrir similitudes e diferenças inesperadas. Como bem refere Michael Burawoy (1998), as opções metodológicas ocorrem antes e orientam, de facto, a escolha e a definição dos problemas. Daí que, na aplicação dos métodos quantitativos e qualitativos, convém ter sempre presente que os critérios de avaliação respectivos, bem como os objectivos a atingir, são bastante distintos e implicam pressupostos epistemológicos diversos.

Começo com algumas reflexões gerais de ordem metodológica e concentro-me, de seguida, na especificação das vantagens e limitações do método comparativo e do método de estudo de caso alargado. Explicito, depois, as opções tomadas na utilização desses diferentes métodos. Numa segunda parte, passo em revista as diferentes técnicas utilizadas e as referências teóricas que mais me ajudaram a precisar a sua aplicação. Não faço, como não seria de esperar num texto desta índole, uma análise exaustiva da bibliografia existente para cada técnica, mas procuro somente explicitar as referências que me ajudaram a delimitar e a aceder ao objecto em estudo.

2. O método comparativo e outras considerações prévias

Na análise das vantagens e das limitações do método comparativo, sigo de perto as propostas de Charles Ragin (1994; 1987). Este autor, embora procurando compatibilizar as abordagens quantitativas e qualitativas, propõe um método de comparação qualitativa baseado em técnicas algébricas (lógica booleana). A mim interessa-me, partindo deste autor, precisar os argumentos que justificam a aplicação de uma lógica comparativa qualitativa, não atingindo o nível de formalização e sofisticação sugerido por Charles Ragin.

Para Ragin, a análise comparativa qualitativa é baseada nos métodos de estudos de caso.³ Tem como primeira característica o ser uma análise holística, que trata os casos como entidades globais. As relações entre as partes e o todo são estudadas no contexto global onde se inserem. Outra característica é que a causalidade é sempre conjuntural. Várias condições causais podem conduzir ao mesmo efeito, como produto situado de intersecções específicas de condições. A análise comparativa permite, assim, examinar constelações e configurações de factos. A sua vantagem principal vê-se no estudo de problemáticas que envolvam causas múltiplas e conjunturais. O pressuposto de partida é a complexidade causal, que depois permitirá uma visão sintética dos processos em presença (1987: ix-xi).

Se a vantagem dos estudos de caso é visível quando temos um pequeno número de casos, a sua eficácia diminui quando estes aumentam de forma acentuada. Nesta situação, em vez de optarmos directamente por métodos quantitativos e por uma análise baseada em variáveis, Charles Ragin sugere que se aplique uma estratégia sintética, que permita testar argumentos alternativos, mas com uma base de interpretação teórica sólida (1987: 84). Essa estratégia de conjugação dos métodos qualitativos e quantitativos faz-se pela elaboração de tabelas de verdade e a aplicação de uma lógica booleana.⁴ A grande vantagem do método comparativo qualitativo é que não se preocupa com a frequência relativa dos casos, pois um único caso pode pôr em causa uma teoria, mas sim com a variedade de padrões de causas e efeitos significativos do fenómeno em estudo (1987: 52).

Contudo, convém não esquecer que as lógicas e os pressupostos dos métodos quantitativos e qualitativos são distintos. Como refere Michael Burawoy (1998), os quatro princípios de regulação dos métodos quantitativos são: evitar a reactividade, isto é, tentar não afectar o mundo em estudo; assegurar a fidelidade e a replicabilidade dos dados; e certificar-se de que os dados são representativos da população em estudo. Este modelo quantitativo tem como obstáculo principal o efeito do contexto e em quatro dimensões principais: o contexto da situação de entrevista, que acaba por ser sempre diferente; a grande variação nas posições objectivas dos inquiridos; os efeitos exteriores que afectam o campo em análise; e, por último, o facto de que a situação de entrevista e a interacção face-a-face daí resultante, serem constituintes, não podendo nunca ser neutralizadas.

³ A colectânea organizada por Charles Ragin e Howard Becker (1992) constitui um relatório excelente dos problemas e das vantagens do uso dos estudos de caso.

⁴ Uma explicação técnica aprofundada é apresentada por Ragin (1987, caps. 6 e 7). Uma descrição mais acessível pode ser encontrada em Ragin (1994) e em Becker (1998: 183-194).

Já quanto aos métodos qualitativos, e ainda segundo Burawoy, os seus quatro princípios de regulação são: a intersubjectividade entre o analista e os sujeitos em estudo; a entrada no mundo vivido das pessoas que se está a estudar; a relação dos processos locais com as forças externas; e o objectivo de reconstruir uma teoria já existente, atendendo à ligação entre teoria e ideologia.⁵ O grande obstáculo aos preceitos do método qualitativo são as assimetrias de poder que perpassam todo este processo de relacionamento entre analista e sujeitos em estudo.

Optando pelo que chama de ciência reflexiva, baseada nos métodos qualitativos, Burawoy salienta que as suas propostas se baseiam no método do estudo de caso alargado. Tendo já sido aplicado e explicitado nos anos 50 e 60 (por Max Gluckman, Clyde Mitchell e Jaap van Velsen), este método foi recuperado e analiticamente aprofundado por Michael Burawoy (1998; 1991). No entanto, refira-se que já Boaventura de Sousa Santos, no seu estudo emblemático sobre as relações de poder entre os habitantes de favelas no Recife e os grandes proprietários, os interesses imobiliários e o Estado, tinha aplicado de forma exemplar este método, reconstituindo a complexidade dos níveis e dos processos legais e políticos presentes (1995: 378-397; 1983).

O objectivo de Burawoy é tornar claras as vantagens deste método quando comparado com outras propostas, sobretudo com a teoria ancorada (grounded theory). A base do estudo de caso alargado é a observação participante e caracteriza-se por quatro pontos fundamentais: intersubjectividade, processo, estruturação e reconstrução teórica (1998). Com a intersubjectividade o observador torna-se um participante, experienciando o mundo do outro. Com a lógica do processo, as observações são projectadas no tempo e no espaço, permitindo uma perspectiva enquadradora. A estruturação permite atender às forças extra-locais que moldam os acontecimentos e as situações. Por último, a reconstrução teórica, a que Burawoy dá especial ênfase, parte de um quadro teórico existente e procura descobrir anomalias e testar essa teoria.

Burawoy está consciente dos obstáculos que se colocam a este método e enumera-os. Um primeiro será a questão do poder e da dominação no relacionamento entre observador-participante e os indivíduos que se está a estudar. Um outro obstáculo é que todo o estudo sociológico contribui sempre para o silenciamento de determinadas dimensões e aspectos das vidas das pessoas. Por outro lado, o estudo das forças exteriores

⁵ Este último preceito faz parte especificamente do método de caso alargado seguido por Burawoy e que analisarei já a seguir. Nem todos os cientistas sociais alinham com esta opção de utilizar teorias existentes e procurar reexaminá-las empiricamente.

que afectam o campo em análise obriga sempre a uma objectificação dessas forças. Por último, as descobertas ou reconstruções teóricas tendem a ser reificadas, fechando-se a explicação e normalizando os mecanismos detectados.

Quando compara o método de estudo de caso com a teoria ancorada,⁶ Burawoy acentua as diferenças que dão vantagem, na sua perspectiva, ao primeiro. Assim, quanto ao modo de generalização, o estudo de caso reconstrói teorias já existentes enquanto a teoria ancorada procura descobrir novas teorias; a explicação no primeiro é genética e no segundo genérica; a comparação faz-se no primeiro com fenómenos similares para explicar as diferenças, enquanto a teoria ancorada usa fenómenos díspares de forma a descobrir as semelhanças; para o estudo de caso alargado as explicações são sociais, enquanto que na teoria ancorada são estatísticas; no primeiro, a totalidade está localizada num contexto externo, enquanto que na segunda a totalidade procede da abstracção do tempo e do espaço; para o estudo de caso alargado o objecto de análise é a situação, e a causalidade provém da ligação invisível entre os elementos, enquanto que na teoria ancorada o objecto são as variáveis e a causalidade deriva da relação linear entre variáveis; na relação macro-micro, o primeiro estabelece as macro-fundações da microsociologia, enquanto que na teoria ancorada se estabelece as micro-fundações da macrosociologia. Por último, a mudança social é explicada, no método de caso alargado, pelos movimentos sociais, e na teoria ancorada pela engenharia social (1991: 280).

Como todas as tipologias de intenção pedagógica esta também não deixa de ser redutora. A caracterização da teoria ancorada baseia-se no escrito original de Glaser e Strauss (1967), que tinha um pendor nitidamente positivista. Posteriormente, Anselm Strauss reformulou e adaptou a teoria ancorada, aligeirando a tendência positivista e reforçando a importância dos factores e processos meso e macro, operacionalizados através do que chamava de matriz condicional, além de atender a uma complexa teoria da acção (1993: 42-43; 60-65 e 255-258; 1987; Strauss e Corbin, 1990).⁷

⁶ Burawoy considera que estas são as duas propostas metodológicas que melhor respondem às críticas que são avançadas aos métodos qualitativos, sobretudo na articulação entre os níveis macro e micro. Para ele, o método de caso interpretativo de Clifford Geertz (1973) e a etnometodologia não conseguem responder a essas críticas, dado que o primeiro funde o macro e o micro, e a segunda reduz a sociologia ao micro e ao particular (1991: 272-273). Esta visão da etnometodologia atém-se aos escritos mais tradicionais de Harold Garfinkel. Outros autores têm acentuado o potencial da etnometodologia no estudo dos processos sociais, considerando que o reducionismo micro é uma falsa questão, dado que toda a produção social é sempre local. Ver Lynch e Bogen (1996: 262-287), Button (1991) e Hester e Eglin (1997).

⁷ Para o potencial da teoria ancorada em diferentes contextos de investigação ver Maines (1991). Para a pertinência das propostas de Anselm Strauss no estudo das identidades, ver Mendes (2003, Cap. 1). Barney Glaser viria, mais tarde, a contestar as reformulações de Anselm Strauss, apelando a um maior papel da generalização e da lógica positivista (1992).

Depois destas precisões, cabe-me referir que optei, neste trabalho, pelo uso de uma metodologia qualitativa numa perspectiva comparativa, tentando aplicar os preceitos mais frutuosos do método de estudo de caso e da teoria ancorada, não os considerando antagónicos mas complementares.

A intenção de comparar permite-me estabelecer as conexões parciais entre os processos e os lugares em análise (Strathern, 1991: 26). Marilyn Strathern propõe que, ao estabelecer conexões parciais, o investigador, mais do que forçar ou fixar características comuns de forma abstracta, deve apreender proximidades no tempo e no espaço, tendo em conta as compatibilidades que existem entre os diferentes lugares. A análise faz-se pela analogia, pela ideia de que as sociedades são sempre extensões de outras. Estas ideias apoiam-se directamente na sociologia feminista de Donna Haraway e no seu conceito de posicionamento. Não há nenhuma entidade geral que unifique as diferentes partes, e cada parte é uma tomada de posição interessada. O ser-se feminista e antropóloga implica diferentes mundos e audiências. Quando se pensa como antropóloga a pessoa mobiliza o conhecimento feminista como uma ferramenta, e esta complexifica a análise. Cada pessoa existe como uma visão incorporada e localizada (Strathern, 1991: 39-40).

Como afirma Boaventura de Sousa Santos, na sua busca de um novo senso-comum, “escrever sobre algo significa escrever do lado desse algo, e nunca do centro. É por isto que a perspectiva é a essência da escrita” (1995: 235). Com as suas propostas de uma ciência baseada na participação, na solidariedade e no prazer, Boaventura Sousa Santos estabelece a importância do conhecimento como emancipação, assente na aceitação e reavaliação do caos, na comunidade e numa nova subjectividade baseada na reciprocidade. Esta reciprocidade entre sujeitos revê a distinção entre sujeito e objecto. O objecto é a continuação do sujeito por outros meios e, assim, todo o conhecimento é auto-conhecimento, numa postura crítica e reflexiva (1995: 22-37 e cap 3 ao espelho). Por outro lado, atento ao carácter situado de todo o conhecimento e ao carácter incompleto de todas as culturas, propõe uma hermenêutica diatópica, que permita uma melhor consciência dessa incompletude e obrigue ao diálogo entre *topoi* distintos. Esta posição epistemológica radica-se numa opção metodológica especificada nos contributos da nova retórica, que obriga a uma tolerância discursiva, a uma disponibilidade para incorporar conhecimentos alternativos e uma preferência por conhecimentos marginais ou suprimidos (1995: 340).

Contudo, como refere Donna Haraway (1997: 35-39), se o investigador se assume como uma testemunha modesta que intervém no mundo, como alguém que é finito e se

suja na realidade, deve também procurar uma objectividade forte (no sentido de Sandra Harding). O analista, enquanto testemunha modesta, não entra na luta estratégica e agonística e no jogo de mobilização de aliados, mas não pode permanecer invisível, a pretexto de uma qualquer distância científica. A objectividade forte exige difracção⁸ e não só pura reflexão. A difracção é a produção de padrões de diferença no mundo e não a propagação da semelhança. A testemunha modesta não pode sobreviver na cultura da não-cultura, tem que se comprometer, fazer uma diferença (1997: 268-269). O conhecimento que deriva deste posicionamento epistemológico é situado, fiável, parcialmente partilhável, envolto em tropos, mundano, justificável e, acima de tudo, não inocente (1997: 138).

Essa participação no mundo faz parte de um trabalho que George Marcus (1998b: 105-131), a propósito da etnografia, chama de cumplicidade entre o analista e os sujeitos que este está estudando. As metáforas da entrada numa cultura ou sociedade diferente, da passagem de fronteiras, podem ser agora abandonadas. Em cada local certas práticas, ansiedades e ambivalências estão presentes como respostas ao funcionamento de causas e agentes não-locais. O investigador não busca o conhecimento local, mas sim a articulação das formas de ansiedade geradas pela consciência de que algo do exterior afecta as pessoas. O investigador, pela sua presença, torna esse exterior premente e relevante (1998b: 117-119).

A novidade que George Marcus introduz é a sugestão de uma etnografia multi-localizada (multi-sited), que permita ao investigador circular entre diferentes contextos e situações (1998b). Citando: “Esta etnografia móvel toma trajectórias inesperadas no traçar de uma formação cultural através e dentro de múltiplos locais de actividade. Isto desestabiliza a distinção, em que quase toda a etnografia foi concebida, entre mundo de vida e sistema” (1998b: 80). O objectivo é seguir conexões, associações e relações nos locais mais inesperados, estabelecendo traduções⁹ e aproximações entre os mesmos. Interessante é que o mesmo já tinha sido sugerido por Howard Becker (1997), quando, analisando a epistemologia dos métodos qualitativos, propunha, para além ou em paralelo com uma descrição densa (thick description), uma abrangência (breadth) analítica.

⁸ A difracção é uma metáfora óptica para significar o esforço para marcar uma diferença no mundo (Haraway, 1997: 16).

⁹ O conceito de tradução foi desenvolvido na teoria dos actores-redes. Veja-se Latour (1999; 1991).

O investigador deve procurar descobrir algo sobre todos os tópicos, em diversos contextos, com que se depara, mesmo que tangencialmente.¹⁰

Os modos de construção de uma etnografia multi-localizada, numa lógica verdadeiramente comparativa, serão os seguintes para George Marcus: seguir as pessoas, acompanhando o movimento de um grupo inicial de sujeitos;¹¹ seguir as coisas, tais como mercadorias, ofertas, o dinheiro, obras de arte e a propriedade intelectual;¹² seguir as metáforas, quando o que se está a estudar releva do discurso e dos modos de pensamento; seguir os argumentos, as histórias e as alegorias, como instrumentos heurísticos para a compreensão de outros locais ou processos; seguir as vidas ou as biografias, pela possibilidade que dão de justaposição de contextos, de tempos e de espaços.

Queria acabar esta parte referindo uma máxima recomendada por Luc Boltanski (1990: 130-132), e que eu tentei seguir o mais possível no meu estudo: recusar a heurística do mal. Com efeito, devemos atender ao que as pessoas são capazes, sem imputar esquemas incorporados e outros determinismos, e deixar que elas nos surpreendam e se surpreendem. Das surpresas no terreno, do investigador e das pessoas com o qual este está em contacto, pode advir uma melhor compreensão do porquê e do como agem, atendendo sempre aos constrangimentos e aos dispositivos onde se inscrevem as suas acções e os seus relatos. Como diz Howard Becker (1997), citando Bruno Latour, o investigador deve ser tão indeciso quanto os actores que estuda. Se eles acham que uma conclusão, uma identidade, uma relação não é consistente, é controversa ou é artificial, nós também o devemos fazer. Isso é assim, mesmo que se esteja estudando uma controvérsia histórica cujo desenlace já conhecemos. Por outro lado, se os actores envolvidos consideram que uma dada conclusão, identidade ou relação é estável e não coloca quaisquer problemas, devemos fazer o mesmo.

¹⁰ Becker apela, noutro escrito, a um pensamento combinatório, pensando e experimentando todas as combinações que os dados sugerem (1998: 212-213).

¹¹ O melhor exemplo deste modo de construção encontra-se no acompanhamento que Élisabeth Claverie fez das peregrinações religiosas (2003; 1990).

¹² A atenção às inscrições nos objectos e à materialidade das relações sociais é também uma das características da teoria das redes-actores. A este propósito veja-se os importantes ensaios de Callon (1998) e de Latour (1994).

3. As técnicas utilizadas

Como indiquei na introdução, vou passar agora a analisar as diferentes técnicas utilizadas no estudo referido. As técnicas utilizadas foram as seguintes: a entrevista, a análise do discurso e a observação.

A entrevista

O discurso como prática

Muitos autores, por exemplo Michael Burawoy (1998), argumentam pela vantagem metodológica e teórica da observação participante, dando menor importância à utilização da entrevista como técnica de estudo.¹³ Contudo, mais do que criar antinomias rígidas, deve-se tentar articular as diferentes técnicas disponíveis. A entrevista tem vantagens e permite apreender aspectos que a observação participante não permite. A observação participante prolongada dá, por outro lado, uma densidade analítica impossível de conseguir com um contacto restrito de umas horas com os entrevistados.

Fixando-me agora na técnica da entrevista, cabe perguntar, antes de mais, quando é esta técnica pertinente. Uma tentativa de resposta foi avançada por Kleinman *et al.* (1994). Para estas autoras, e partindo do pressuposto de que subjacente aos métodos e às técnicas estão sempre opções epistemológicas e ideológicas, a entrevista permite captar não o indivíduo mas a sua localização social. A entrevista é um excelente técnica para apreender como os membros de uma dada categoria social mantêm, transformam e desafiam uma ou várias identidades. A entrevista favorece o estudo de realidades sociais, cognitivas e simbólicas que ultrapassam, atravessam ou cortam as ancoragens locais. E também se mostra uma técnica adequada quando os entrevistados, pelas posições que ocupam, circulam entre diferentes mundos e locais de trabalho, possuindo uma mobilidade elevada (Collins, 1998: 14). Estariam nesta situação os produtores e mediadores culturais, sociais e políticos tais como deputados, dirigentes associativos, intelectuais, autarcas, etc., que constituem o núcleo dos meus entrevistados. Por outro lado, todo o trabalho preparatório da entrevista, assim como a própria dinâmica da situação de entrevista, dão informações etnográficas preciosas sobre os entrevistados e os meios sociais onde se inserem.

Como salientam as autoras atrás referidas, as entrevistas procuram verificar como as pessoas atribuem sentido às suas vidas, e constituem uma boa técnica para ver como, fora dos contextos habituais de trabalho, outras economias do desejo emergem e como a

identificação pessoal numa dada esfera afecta outras pertenças. A flexibilidade e a plasticidade identitárias poderão tornar-se mais visíveis numa situação de entrevista, assim como a presença imaginária de outros com os quais se dialoga no trabalho identitário. Além disso, e de forma paradoxal, a entrevista pode ter a grande vantagem de se basear num contacto de curta duração com o entrevistado. Este, sabendo que o entrevistador terá uma probabilidade mínima de vir a fazer parte do seu círculo de amizades e relações pessoais, poderá contar ou revelar aspectos inesperados. A posição do entrevistador como um estranho benigno poderá induzir confissões e desabafos impossíveis de conseguir num contexto quotidiano de trabalho ou de vida (Collins, 1998: 329).

A entrevista, como situação interaccional, estrutura-se sempre de várias formas.¹⁴ Daí que a distinção entre entrevista estruturada ou não estruturada perca parte da sua pertinência (Collins, 1998: 13). Deve-se é estar atento às definições e relações de poder, às inflexões discursivas e à irrupção do imprevisto.¹⁵ Numa situação de entrevista, o entrevistado, mais do que comunicar ou partilhar significados, pode estar negociando as suas identidades, arrastando nesse processo o entrevistador e obrigando este a negociar, alterar ou sublimar também as suas identidades. Ninguém, para o bem e para o mal, sai incólume de uma entrevista. E é nessa riqueza dialógica, nessa polifonia de vozes presentes e ausentes, que jaz toda a riqueza das entrevistas, mais do que numa busca distante e objectiva de factos ocorridos.¹⁶

Para a construção do guião das entrevistas e na análise das mesmas baseei-me, a nível teórico, nas propostas de análise discursiva de Margaret Wetherell e Jonathan Potter

¹³ Para uma excelente síntese sobre as vantagens e os limites do método etnográfico, ver Katz (2001; 2002).

¹⁴ Para uma exposição minuciosa, na tradição etnometodológica e da análise conversacional, da dinâmica e das tensões numa situação de entrevista, ver Mazeland e Haven (1998) e Hester e Francis (1994). Os primeiros distinguem três orientações nas situações de entrevista: uma primeira tem a ver com a descrição e demonstração do mundo da vida dos entrevistados; a segunda orientação prende-se com a relevância local da própria situação de entrevista, como um encadear de respostas a perguntas; e, uma última, em que a entrevista é usada como material de análise num projecto de investigação.

¹⁵ Contrariamente ao que afirma Jean Peneff (1992:14), nem sempre os estudos baseados nos discursos e nas representações dos actores revelam só as invariantes ou a coerência narrativa dos entrevistados. Estes, muitas vezes, restituem o imprevisto das situações vividas, o papel do acaso e, revivendo experiências, surpreendem-se com as suas reacções. O actor em pleno controle do seu discurso e das suas emoções é uma ficção. Das identidades múltiplas que emergem numa entrevista muitas são inesperadas tanto para o entrevistador como para os entrevistados. Como afirma Latour (1996:100-101), até o manipulador de marionetas se surpreende com o que estas o obrigam a fazer.

¹⁶ Um exemplo clássico do uso da entrevista como forma de avaliar o impacte objectivo de determinados fenómenos sociais é o de Merton, Fiske e Kendall (1990). Embora numa lógica positivista e estruturalista, este manual possui recomendações pertinentes para todos os que utilizam a técnica da entrevista. Para uma perspectiva histórica do papel da entrevista nas diferentes ciências sociais, bem como para uma análise fina das dinâmicas de interacção durante a entrevista, ver Blanchet *et al.* (1989).

(1995; 1992).¹⁷ O foco principal destes autores é no que as pessoas fazem com as suas práticas discursivas e o tipo de recursos que mobilizam para tal. A preocupação central é ver como os discursos são construídos de forma a serem performativos a nível social, sendo dada especial atenção ao conteúdo dos discursos. Não se procura o que está por debaixo ou atrás dos discursos, isto é, recusa-se uma hermenêutica da suspeição que podia atender aos enviesamentos cognitivos, às personalidades autoritárias ou a outras entidades essencialistas e reificadas. Recusando o cognitivismo, tenta-se apreender a organização retórica ou argumentativa das conversas e dos textos, e os dilemas ideológicos que os indivíduos enfrentam, e como procuram responder aos mesmos.¹⁸ Os relatos produzidos pelos indivíduos têm sempre presente o que está em jogo, isto é, a forma como os interesses de diferentes colectividades e agentes interferem com as suas acções. Daí que os discursos, devido ao seu carácter performativo, têm que ser justificáveis (accountable). E mesmo que se proceda ao relato de factos ocorridos, assiste-se a uma produção avaliativa, embebida em diálogos reais e imaginários saturados de posicionamentos ideológicos.¹⁹

Central para esta forma de abordagem é o conceito de reportórios interpretativos (Wetherell e Potter, 1992: 90-93). Estes são entendidos como um conjunto abrangente de termos, descrições e tropos ordenados em torno de metáforas ou imagens marcantes. São recursos para avaliar, construir versões factuais e desempenhar acções específicas. Os reportórios interpretativos permitem compreender os conteúdos dos discursos e a forma como estão organizados. Contudo, os reportórios interpretativos não devem ser vistos como sistemas rígidos, mas sim como jogadas ou movimentos coreografados, em que os sujeitos (tanto o entrevistador como o entrevistado) se constroem ou reformulam pelo discurso. Os reportórios são, assim, fragmentados e caleidoscópicos. O objectivo do analista é ver que reportórios são usados em que contextos, e como conceitos como

¹⁷ Estes autores tentam construir um quadro analítico e metodológico a partir de contribuições derivadas da filosofia linguística, da retórica, da etnometodologia e da análise conversacional, do pós-estruturalismo e da sociologia da ciência.

¹⁸ Ver Billig (1988).

¹⁹ Para o conceito de posicionamento enquanto produção discursiva de subjectividade, numa relação tensa entre posição e força ilocucionária, o texto já clássico é o de Davies e Harré (1990). O objectivo desta análise é extrair os aspectos autobiográficos da conversação, de forma a descobrir como cada pessoa se concebe a si e aos outros, vendo que posições são assumidas e atribuídas. O posicionamento pode ser interactivo (trabalho sobre o outro) ou reflexivo (trabalho centrado sobre si). De relevo para a análise são os comprometimentos morais e políticos mais marcantes para os indivíduos. Para a importância dos acontecimentos epifânicos nas biografias pessoais, ver Denzin (1989).

identidade, cultura, região, nação e outros, são mobilizados, traduzidos e colocados nas sequências discursivas.²⁰

Mas a noção de reportórios interpretativos não pode conduzir a análises reducionistas. Como bem salientam Jean Talbot *et al.* (1997), os relatos e as narrativas podem funcionar como desafios e formas de resistência às narrativas dominantes, implicando opções morais e políticas delicadas ou não convencionais. O que interessa sobretudo é estar atento às histórias contadas e às suas implicações pessoais, familiares, comunitárias e sociais mais vastas. Um dos textos pioneiros na reformulação das teorias sobre entrevistas, apelando ao trabalho de co-construção e às lógicas narrativas, foi o de Elliot Mishler (1991).²¹ Este autor apelava a uma maior atenção às histórias pessoais contadas nas entrevistas, e não a uma procura de factos. Como diz Susan Chase, a entrevista deve ser um convite para se contar histórias e não para se elaborar simples relatórios (1995: 2). As propostas de certas autoras feministas influenciaram de maneira decisiva a forma como encarei a técnica a entrevista, procurando, numa lógica dialógica, desmontar os mecanismos de poder e as narrativas dominantes.²² Como indica Hones (1999), o objectivo é representar as histórias tal como foram contadas e os seus múltiplos sentidos, removendo as camadas reinterpretações desnecessárias. Tal proposta vai beber nas recomendações de Norman Denzin (1997: 233-244), segundo a qual todos os textos são constituídos por uma multiplicidade de textos, numa rede de relações intertextuais que incorpora narrativas que têm sempre a ver com a autoridade discursiva, a diferença sexual, o poder e o conhecimento. O essencial é ultrapassar os quadros interpretativos fixos e apelar à leitura como uma actividade interpretativa flexível, aberta e, em parte, indeterminada.

Em resumo, parece-me que uma boa proposta para a análise discursiva poder ser encontrada em John Law (1994: 95), inserida numa sociologia pragmática e relacionalmente materialista. Para este autor, a noção de discurso deve ser cortada em diferentes dimensões e aspectos: 1 – o discurso deve ser visto como um conjunto de

²⁰ Uma boa adaptação da teoria dos actores-redes a esta problemática da construção identitária pode ser encontrada em Michael (1996). A inovação desta teoria é a incorporação dos não-humanos no trabalho identitário (Callon, 1998; Latour e Hermant, 1998; Latour, 1999; 1996; 1991).

²¹ A reformulação de Mishler ainda se apoia muito nas propostas estruturalistas de Labov e Waletzky, que definem as seguintes etapas sequenciais de todas as narrativas: resumo; orientação; complicação; avaliação; resolução e conclusão (Mishler, 1991: 77-87).

²² Para um bom exemplo ver Krieger (1991: 159-164) e as reflexões pertinentes de Linden (1992). Uma revisão metodológica radical é avançada por Clough (1992). Uma análise interessante da negociação de sentidos e das implicações morais nas entrevistas poder ser encontrada em Bruner (1990: cap. 4). Para uma visão renitente sobre o papel das histórias contadas pelos entrevistados, e para um apelo à análise dos factores estruturais, ver Tilly (1997).

padrões que podem ser imputados às redes do social; 2 – devemos procurar os discursos no plural; 3 – os discursos devem ser tratados como tentativas de ordenar e não como ordens em si; 4 – devemos explorar como os discursos são desempenhados, incorporados e contados em diferentes materiais; 5 – e, por último, devemos ver como os discursos interagem, mudam e se extinguem.

Regras de aplicação, transcrição e análise das entrevistas

Das reflexões feitas acima deduzem-se algumas recomendações para a aplicação, transcrição e análise das entrevistas. Embora seguindo um guião e procurando abordar com todos os entrevistados os temas de base definidos, permitindo uma certa padronização, exige-se uma enorme flexibilidade e uma atenção extrema aos interesses e às perspectivas dos entrevistados. É preciso deixar-se surpreender, ser guiado e seguir o entrevistado nos seus percursos e justificações discursivas. Daí que o entrevistador deve, contrariamente ao que é habitualmente recomendado nos manuais de metodologia, assumir um papel activo e intervencionista, oferecendo contra-exemplos e deixando-se interpelar pelo entrevistado (Holstein e Gubrium, 1998; Wetherell e Potter, 1992: 99). A entrevista é uma co-construção social e o papel do entrevistador deve ser reconhecido no acto situado e único que é a entrevista. Crucial é, assim, colocar nas transcrições as perguntas, hesitações e expressões do entrevistador. A citação de um extracto sem a pergunta do entrevistador é um acto descontextualizador e redutor.

Na análise das entrevistas, para evitar a descontextualização das respostas, aquelas devem ser transcritas na sua totalidade, evitando a transcrição só de partes ou de segmentos significativos (Wetherell e Potter, 1995). Também deve ser restituída, na medida do possível, o contexto e a dinâmica da aplicação de cada entrevista, indicando-se onde e como ocorreu a mesma, se houve ou não interferências, se aconteceram momentos tensos, etc. (Bizeuil, 1998; Briggs, 1986: 104-111).

Na apresentação dos resultados devem ser transcritos extractos longos das entrevistas, permitindo uma melhor apreensão dos quadros interpretativos do entrevistador e do entrevistado (Briggs, 1986: 111), não ocultando as perguntas, as hesitações e os erros gramaticais. Como afirma Ron Chenail (1995), deve-se deixar andar o gravador, fornecendo o contexto das respostas e dando um papel central aos dados recolhidos. Extractos curtos não permitem ao leitor entrar no jogo das construções interpretativas, e tal prática dá demasiado controle ao analista.

Como muito bem argumentam Margaret Wetherell e Jonathan Porter (1992: 225-226), a escolha do sistema de transcrição está intimamente relacionada com o tipo de análise a efectuar. A transcrição já é uma forma de análise. E, como refere Susan Chase (1995: 23, nota 6), corrigir as entrevistas, tirando as perguntas do entrevistador, as hesitações, as respostas não lexicais, é ignorar que o sentido se comunica através de práticas discursivas complexas.

A análise das entrevistas

Tendo definido e indexado os temas pertinentes, as entrevistas foram codificadas utilizando o programa NUD*IST (No-Numerical Unstructured Data Indexing Searching and Theorizing).²³ Mas, devido ao espartilhar das entrevistas em unidades mínimas e à falta de uma visão de conjunto, este programa mostrou-se demasiado limitativo na restituição da complexidade discursiva dos entrevistados. Após várias leituras integrais das entrevistas, tirando notas das partes relevantes para os temas e sub-temas definidos, optei por indexar estes no programa de processamento de texto WORD.²⁴ Esta opção deu-me uma perspectiva mais ampla dos dados, mantendo, como recomenda Briggs (1986), sempre presente no desenrolar da análise a estrutura global de cada entrevista. O passo essencial no desenrolar da interpretação dos dados foi dado, contudo, com a elaboração de resumos para cada uma das entrevistas, assinalando-se os pontos fortes relativos a cada tema e sub-tema. A especificidade e o reportório interpretativo de cada entrevistado ficou mais claro, permitindo também o estabelecer de conexões parciais entre os entrevistados, conforme a sua naturalidade, trajectória, posicionamento político e ideológico, sem reduzir as entrevistas a esquemas interpretativos demasiado simplistas. A opção de apresentar extractos longos contextualizava as entrevistas e as cambiantes das mesmas.

De grande importância foram as recomendações metodológicas sugeridas por Natasha Mauthener e Andrea Dooreta (1998). Estas autoras propõem um método relacional para a análise das entrevistas, centrado nas vozes que dialogam nesses encontros. Recomendam três ou mais leituras das entrevistas completas, cada uma com um objectivo específico (1998: 126-132). A primeira leitura procura deslindar o enredo (acontecimentos principais; protagonistas e sub-enredos) e as respostas do entrevistador ao que está a ser dito (explicitar o posicionamento pessoal do entrevistador em relação à entrevista). A

²³ Para uma avaliação do papel dos computadores na análise qualitativa ver Richards e Richards (1994). Para uma aplicação concreta do NUD*IST numa investigação, ver Bustin (1997).

segunda leitura deve procurar a voz do entrevistado, isto é, como este sente e fala de si, e que pronomes pessoais são usados (eu, nós, tu). Segundo as autoras, é esta procura da voz de cada pessoa que distingue o método relacional do método da teoria ancorada, pois este centra-se mais na acção e na interacção entre as pessoas. Uma terceira leitura deve centrar-se nas relações interpessoais e nas redes sociais mais vastas. Uma quarta leitura procura situar os entrevistados em contextos culturais e estruturais mais amplos. Este método enfatiza os múltiplos níveis presentes em toda a narrativa. Mais do que se preocupar com a codificação, o analista deve assumir-se como um detector e modulador de vozes, mantendo as diferenças dos entrevistados. O método relacional na análise das entrevistas procura simultaneamente as semelhanças e as diferenças. Numa segunda fase, cada entrevista é resumida (1 a 2 páginas) e procede-se a uma análise temática comparativa com as outras entrevistas. O certo é que o investigador nunca se liberta das contradições que derivam das relações de poder e da auto e hetero-reflexividade na situação de entrevista. Se conseguir restituir algumas vozes que façam alguma diferença, já conseguiu algo.

A análise documental

Considerações prévias

Na análise documental procuro explicitar como foram construídas as narrativas públicas sobre o processo autonómico e o trabalho identitário realizado pelo diferentes actores em presença no espaço regional. Desde logo, optei por não aplicar uma análise de conteúdo de contornos quantitativos.²⁴ Optei por, tomando as notícias e os outros escritos nos jornais e os debates parlamentares, programas de governo e discursos de tomada de posse, como textos, utilizar as recomendações e os pressupostos da análise crítica do discurso. O meu objectivo não era saber quantas vezes se disse algo sobre algum tema, mas sim quem disse o quê, como e com que interesses. Procuro precisar que argumentos foram avançados para justificarem os diferentes níveis identitários em presença nesse período de mais de 20 anos. Também procuro verificar que aliados foram mobilizados e que adversários foram identificados, quais os aspectos e dimensões consensuais e aqueles sobre as quais se extremaram as posições. Como pano de fundo, como contexto, temos os acontecimentos de âmbito regional, nacional e internacional que marcaram, inflectiram ou

²⁴ Para uma opção semelhante usando o processador de texto WordPerfect, ver Carney *et al.* (1997).

²⁵ Para uma boa introdução a esta técnica ver Vala (1986). As referências clássicas são Krippendorff (1980) e Bardin (1979).

acentuaram certas componentes identitárias, conduzindo ao abandono e esquecimento de outras.

Na grande variedade de autores que se reclamam da análise crítica do discurso,²⁶ baseio-me nas formulações de Teun Van Dijk. Não cabe aqui resumir toda a sua teoria,²⁷ mas apresentar somente os seus fundamentos. Para Van Dijk, a análise crítica do discurso é, antes de mais, uma forma de estudar como o poder, as desigualdades e a dominação social são activados, reproduzidos e resistidos através dos textos e das conversas e em contextos políticos e sociais concretos. A análise crítica do discurso exige uma perspectiva funcional que vá além da frase e do texto e que tenha em conta os constrangimentos, estruturas e processos sociais, políticos e históricos mais vastos (Van Dijk, 1997b).

Van Dijk distingue entre estruturas globais e locais do discurso (1984: 55). As estruturas globais são definidas para o discurso como um todo ou para largos segmentos do mesmo. As estruturas locais situam-se ao nível das frases, da relação entre as frases e nas jogadas e movimentos na interacção dialógica (estratégias semânticas, estilo, retórica e estruturas pragmáticas e conversacionais). Mas, como refere o autor, se analiticamente é pertinente distinguir estas duas dimensões, a análise final tem que ser integral e integrada.

Nas estruturas globais do discurso é ainda avançada a distinção entre superestruturas formais e macroestruturas semânticas. As superestruturas formais podem ser entendidas como esquemas baseados em regras. Estes esquemas são formados por uma série de categorias hierarquicamente ordenadas, que se tornam convencionais e que podem ser específicas para diferentes tipos de discurso (Van Dijk, 1996: 77-89). Assim, as categorias convencionais do discurso jornalístico não são as mesmas para os debates parlamentares ou para os artigos científicos. Uma análise adequada terá que ter em conta os constrangimentos inerentes à produção de cada tipo específico de discurso.²⁸ As narrativas

²⁶ Ver a este propósito a boa colectânea de textos editada por Emília Ribeiro Pedro (1997).

²⁷ O autor faz uma boa síntese em Van Dijk (1997a). Onde este autor apresentou, de forma explícita e completa, o seu quadro teórico foi num texto de 1984 (Van Dijk, 1984). Muitos textos podem ser encontrados na página pessoal do autor em <http://www.let.uva.nl/~teun>. Par uma visão alternativa, ver Fisher (1997) e Johnston (1995).

²⁸ Para Van Dijk (1996: 82-89), as categorias do discurso jornalístico são: a um nível mais geral, o resumo (que inclui o título da notícia e o cabeçalho) e o relato. O relato subdivide-se em duas sub-categorias: a situação e os comentários. A situação engloba o episódio relatado (que se subdivide em acontecimentos principais e consequências) e os antecedentes (este subdivide-se em contexto e história. O contexto, por sua vez, engloba as circunstâncias e os acontecimentos prévios). Os comentários têm como sub-categorias as reacções verbais e as conclusões (estas subdivide-se em expectativas e avaliações).

devem ser enquadradas nas superestruturas formais que ordenam os campos onde são produzidos os discursos.²⁹

As macroestruturas semânticas, dentro de cada superestrutura formal, são os tópicos ou temas gerais dos discursos. São propriedades do significado global do discurso, isto é, configurações hierárquicas de macro-proposições. Um tema ou um tópico é a ideia mais importante ou sintetizadora, que subjaz a uma sequência de frases num discurso e que lhe dá uma coerência global (Van Dijk, 1984: 55-57). A reconstrução dos temas ou tópicos assenta num processo de abstracção e generalização baseado num quadro cognitivo bem definido.³⁰ O analista tem como objectivo resumir os tópicos encontrados em poucos conceitos-chave, num esforço explícito de abstracção.³¹

As recomendações e o quadro analítico de Van Dijk foram bastantes importantes para a minha análise das narrativas públicas sobre o processo autonómico. Contudo, tendo em conta o que disse mais atrás sobre o discurso como prática, considero que o esquema analítico de Van Dijk enferma, ainda, de um excesso de formalismo e é perpassado por um cognitivismo muito acentuado. Deve ser dada mais margem de manobra, na minha opinião, aos actores a estudar, e evitar uma visão transcendente e denunciadora das ideologias. Onde se apoiará o analista para indicar todos os outros discursos como ideológicos?

Daí que na análise de discurso empreendida me tenha socorrido de duas obras que reputo de fundamentais. Uma foi a de Michael Schudson sobre o caso de Watergate (1992). A outra foi a de Michael Lynch e David Bogen sobre o caso Irão-Contras (1996). Embora com metodologias distintas, estes dois estudos fornecem pistas importantes para um trabalho de reconstituição das narrativas e contra-narrativas públicas em circulação sobre determinados temas. Para Michael Schudson, o objectivo era verificar como o passado, a memória social e colectiva, era preservada numa grande variedade de formas, e como se fixavam as diferentes versões de um dado acontecimento. A sua pergunta de base era saber como os discursos sobre Watergate influenciaram ou podiam influenciar a acção social presente e futura (1992: 4). Daí que seja dada uma importância significativa ao

²⁹ Para uma análise das narrativas públicas sobre o racismo nos discursos político, empresarial, académico, educacional e mediático, ver Van Dijk (1993).

³⁰ Van Dijk distingue entre memória episódica e memória semântica social. A memória episódica inclui os modelos e as representações textuais de situações particulares que ocorreram com os indivíduos. A generalização, a descontextualização e a aplicação de esquemas de grupo conduzem à construção de uma memória social que engloba valores, normas, ideologias grupais. Para um esquema de síntese, ver Van Dijk (1984: 27).

³¹ No seu estudo sobre os preconceitos quanto aos estrangeiros na Holanda, baseado em entrevistas, Van Dijk chegou à conclusão de que os três conceitos-chave eram: diferença, desvio e ameaça. A um nível mais abstracto, o conceito que resumia tudo, segundo ele, era o de infracção (1984: 71).

desenrolar dos acontecimentos, aos seus desenlaces alternativos possíveis, evitando a retro projecção do presente no passado. A multiplicidade memorial estabelece-se pela análise das diferentes formas onde se inscreve, reproduz e desempenha a memória: carreira, mito, reforma, celebridade, aniversário, reputação, linguagem, metáfora, expectativas e lições pedagógicas.

Michael Lynch e David Bogen, partindo de uma perspectiva etnometodológica que chamam de pós-analítica, procuram explicitar como a história, o espectáculo e a memória são construídos activa e localmente pelos actores envolvidos. O grande contraste era, no caso em apreço, entre os documentos escritos e as histórias contadas que eram localmente organizadas e relevantes a nível biográfico. A recomendação central é de que, em vez de aplicar ou testar uma dada teoria, as histórias e os documentos devem ser vistos como recursos que os intervenientes usam para clamar, repudiar, resistir ou imputar, de forma justificável e responsável, certas relações entre biografia e história. A memória, o esquecimento são mobilizados ou não para fazer algo, para justificar atitudes e acções.

A observação

Considerações prévias

O método da observação define por excelência a prática da sociologia e da antropologia. Quer essa observação seja ou não participante, prolongada ou não, apresenta-se como uma forma de envolvimento e de interacção que permite um aprofundamento da análise dos fenómenos em estudo. Como já se viu mais atrás, e segundo Burawoy, a observação participante é a técnica ideal para experienciar o mundo do outro e sentir, por conseguinte, as redes de dominação em que as pessoas estão envolvidas. No processo complexo de negociação de identidades e de acessos, como refere António Firmino da Costa (1986: 144-146),³² condiciona-se os resultados da pesquisa e o que as pessoas dizem, sussuram ou silenciam.

Não sendo aqui o espaço mais adequado para fazer, como já disse na introdução, uma revisão exaustiva da bibliografia sobre a técnica de observação, cabe-me referir que o texto que mais me ajudou no equacionar epistemológico e ontológico da aplicação desta técnica foi o de Nicolas Dodier e Isabelle Baszanger (1997). Estes autores definem três grandes tipos de etnografia: integrativa, narrativa e combinatória. A etnografia integrativa,

na linha da tradição antropológica, constrói colectivos de pertença para os indivíduos, numa lógica de totalização monográfica. As grandes críticas a este tipo de etnografia baseiam-se na coexistência de diversas e contraditórias referências em pessoas e grupos, na variedade enorme de entidades mobilizadas em diferentes situações e, principalmente, na noção que as solidariedades existentes entre as pessoas existem inscritas em longas redes socio-técnicas sem referência a uma totalidade comum de pertença (1997: 46).

A etnografia narrativa, que apareceu como resposta à etnografia integrativa e à consciência da importância da escrita e da linguagem na construção etnográfica, tem por objectivo dar conta dos diálogos entre culturas durante o trabalho de terreno. O papel do investigador é reconhecido e trabalhado de maneira explícita, sendo de grande importância a noção de testemunho.

A etnografia combinatória dá conta da colecção heteróclita de recursos entre os quais as pessoas se devem deslocar. Estes recursos não pertencem a um todo coerente (como queria a etnografia integrativa), e procura-se generalizar a partir do estudo de terreno (contra a singularidade narrativa da etnografia narrativa). A comparação constante é feita não entre entidades colectivas, mas sim entre situações e tipos de actividades. Numa lógica próxima da pragmática sociológica, tenta-se definir os diferentes regimes de acção em que as pessoas participam. Tenta-se dar conta da dinâmica das actividades concretas das pessoas no quadro de referências normativas complexas, situacionais e não unificadas (Dodier e Baszanger, 1997: 51). O objectivo é constituir uma combinatória de situações e casos possíveis, circulando entre diferentes lugares conforme vão emergindo novas dimensões analíticas.

Estes três tipos de etnografia produzem, segundo Dodier e Baszanger, diferentes alteridades. A alteridade da etnografia integrativa é de pertença. A da etnografia narrativa é biográfica. A alteridade da etnografia combinatória é pragmática. Assenta numa sociologia do encontro, que analisa e descreve o fundo comum de recursos heterogéneos e as posições actanciais variadas. A sua lógica é performativa e permite dar conta da complexidade material, técnica, individual, social e política dos jogos e dos compromissos identitários.

³² Este texto de Firmino da Costa e o texto de Raúl Iturra (1986), na mesma colectânea, constituem boas introduções à história, evolução, problemas e vantagens do trabalho de terreno e da observação participante. Um exposição muito completa da técnica de observação pode ser encontrada em Massonat (1987).

Conclusão

Nexto texto de reflexão metodológica procurei restituir a complexidade inerente a qualquer análise de dados qualitativa. Mais do que seguir protocolos analíticos rígidos e pré-formatados, há que manter abertas sempre as alternativas interpretativas e, num processo lento e estruturado, por sucessivas aproximações, procurar estabelecer as possibilidades de proximidade significativa contidas nos dados a trabalhar.

O respeito pela riqueza e diversidade dos dados não deve obviar à sua reconstrução, na verdade, à sua tradução, numa linguagem teórica que lhes dê coerência e um contexto interpretativo. Parece claro que não se pode deixar de atribuir competências específicas aos actores retratados e que não se pode ignorar a pragmática das suas opções e atitudes. Mas, o tecer e o alinhar das diferentes perspectivas, dos diferentes discursos, cabe ao analista, que deve atender ao que faz quando interpreta, de forma a potenciar espaços de liberdade e não a construir cangas analíticas redutoras de uma realidade que é sempre complexa, transbordante e propiciadora de outras versões.

Referências Bibliográficas

- Bardin, L. (1979), *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Becker, Howard (1998), *Tricks of the Trade. How to Think About your Research While You're Doing It*. Chicago: University of Chicago Press.
- Becker, Howard (1997), "The Epistemology of Qualitative Research", disponível em: <http://home.earthlink.net/~hsbecker/qa.html>.
- Billig, Michael *et al.* (1988), *Ideological Dilemmas. A Social Psychology of Everyday Thinking*. London: Sage.
- Bizeuil, Daniel (1998), "Le récit des conditions d' enquête: exploiter l'information en connaissance de cause", *Revue Française de Sociologie*, XXXIX (4), 751-787.
- Blanchet, Alain *et al.* (1989), *L'entretien dans les sciences sociales*. Paris: Dunod.
- Boltanski, Luc (1990), *L'amour et la justice comme compétences: Trois essais de sociologie de l'action*. Paris: Métailié.
- Briggs, Charles (1986), *Learning How to Ask: A Sociolinguistic Appraisal of the Role of the Interview in Social Science*. New York: Cambridge University Press.
- Bruner, Jerome (1990), *Acts of Meaning*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Burawoy, Michael (1991), "The Extended Case Method" in Michael Burawoy *et al.*, *Ethnography Unbound. Power and Resistance in the Modern Metropolis*. Berkeley: University of California Press.
- Burawoy, Michael (1998), "Critical Sociology: A Dialogue Between two Sciences", *Contemporary Sociology*, 27 (1). Copiado a 23 de Novembro de 1998 de: ProQuest Direct, [UMI].
- Buston, K. (1997), "NUD*IST in Action: Its Use and its Usefulness in a Study of Chronic Illness in Young People", *Sociological Research Online*, 2 (3), disponível em <http://www.socresonline.org.uk/socresonline/2/3/6.html>.

- Button, Graham (1991), *Ethnomethodology and the Human Sciences*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Callon, Michel (1998), "Introduction: the Embeddedness of Economic Markets in Economics" in Michel Callon (ed.), *The Laws of the Markets*, Oxford: Blackwell, 1-57.
- Carney, John *et al.* (1997), "Categorizing, Coding, and Manipulating Qualitative Data Using WordPerfect™ Word Processor", *The Qualitative Report*, 3 (1), disponível em: <http://www.nova.edu/ssss/QR/QR3-1/carney.html>.
- Chase, Susan (1995), "Taking Narrative Seriously. Consequences for Method and Theory in Interview Studies" in Josselson, Ruthellen e A. Lieblich (eds.), *Interpreting Experience: The Narrative Study of Lives*. London: Sage.
- Chenail, Ron (1995) "Presenting Qualitative Data", *The Qualitative Report*, 2 (3), disponível em: <http://www.nova.edu/ssss/QR/QR2-3/presenting.htm>.
- Claverie, Élisabeth (1990), "La vierge, le désordre, la critique", *Terrain*, 14, 60-75.
- Claverie, Élisabeth (2003), *Les guerres de la vierge. Une anthropologie des apparitions*. Paris: Gallimard.
- Clough, Patricia Ticineto (1992), *The End(s) of Ethnography. From Realism to Social Criticism*. Newbury Park: Sage.
- Collins, Peter (1998), "Negotiating Selves: Reflections on 'Unstructured Interviewing'", *Sociological Research Online*, 2 (2), disponível em <http://www.socresonline.org.uk/socresonline/3/3/2.html>.
- Costa, António Firmino da (1986), "A pesquisa de terreno em sociologia" in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das ciências sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Davies, Brownyn e Tom Harré (1990), "Positioning: The Discursive Production of Selves", disponível em: <http://www.massey.ac.nz/~ALock/position/position.htm>.

- Denzin, Norman (1997), *Interpretive Ethnography: Ethnographic Practices for the 21st Century*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Denzin, Norman (1989), *Interpretive Biography*. Newbury Park: Sage.
- Dodier, Nicolas e Isabelle Baszanger (1997), “Totalisation et altérité dans l’enquête ethnographique”, *Revue Française de Sociologie*, XXXVIII, 37-66.
- Fisher, K. (1997), “Locating Frames in the Discursive Universe”, *Sociological Research Online*, 2 (3), [http:// www. socresonline. org. uk./ socresonline/ 2/ 3/ 4.html](http://www.socresonline.org.uk/socresonline/2/3/4.html).
- Geertz, Clifford (1973), *The Interpretation of Cultures*. New York: Basic Books.
- Glaser, Barney (1992), *Emergence vs. Forcing. Basics of Grounded Theory Analysis*. Mill Valley, CA: Sociology Press.
- Glaser, Barney e Anselm Strauss (1967), *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. New York: Aldine de Gruyter.
- Haraway, Donna (1997), *Modest_Witness@Second_Millennium. FemaleMan[©] _Meets_OncoMouseTM. Feminism and Technoscience*, New York: Routledge.
- Hester, Stephen e David Francis (1994), “Doing Data: The Local Organization of a Sociological Interview”, *British Journal of Sociology*, 45 (4), 675-695.
- Hester, Stephen e Peter Eglin (1997), *Culture in Action. Studies in Membership Categorization Analysis*, Washington, D.C.: International Institute for Ethnomethodology and Conversation Analysis e University Press of America.
- Holstein, James e Jaber Gubrium (1998), “Active Interviewing” in David Silverman (ed.), *Qualitative Research. Theory, Method and Practice*. Thousand Oaks: Sage.
- Hones, Donald (1999), “Crises, Continuity, and the Refugee: Educational Narratives of a Hmong Father and His Children”, *Journal of Contemporary Ethnography*, April.
- Iturra, Raúl (1986), “Trabalho de campo e observação participante em antropologia” in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das ciências sociais*. Porto: Edições Afrontamento.

- Johnston, Hank (1995), “A Methodology for Frame Analysis: From Discourse to Cognitive Schemata” in Hank Johnston e Bert Klandermans, *Social Movements and Culture*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- Katz, Jack (2001), “From How to Why: On Luminous Description and Causal Inference in Ethnography, Part 1”, *Ethnography*, 2 (4), 443-473.
- Katz, Jack (2002), “From How to Why: On Luminous Description and Causal Inference in Ethnography; Part 2”, *Ethnography*, 3 (1), 63-90.
- Kleinman, Sherryl *et al.* (1994), “Privileging Fieldwork over Interviews: Consequences for Identity and Practice”, *Symbolic Interaction*, 17 (1), 37-50.
- Krieger, Susan (1991), *Social Science and the Self. Personal Essays on an Art Form*. New Brunswick. NJ: Rutgers University Press.
- Krippendorff, K. (1980), *Content Analysis. An Introduction to its Methodology*. London: Sage.
- Latour, Bruno (1991), *Nous n' avons jamais été modernes*. Paris: La Découverte.
- Latour, Bruno (1994), “Une sociologie sans object? Remarques sur l’interobjectivité”, *Sociologie du Travail*, 4, 587-607.
- Latour, Bruno (1996), *Petite réflexion sur le culte moderne des dieux faitiches*. Le Plessis-Robinson: Synthélabo.
- Latour, Bruno (1999), *Pandora’s Hope. Essays on the Reality of Science Studies*. Cambridge. MA: Harvard University Press.
- Latour, Bruno e Emilie Hermant (1998), *Paris ville invisible*. Le Plessis-Robinson e Paris: Synthélabo/La Découverte.
- Law, John (1994), *Organizing Modernity*. Oxford: Blackwell.
- Linden, R. Ruth (1992), *Making Stories, Making Selves. Feminist Reflections on the Holocaust*. Columbus: Ohio State University.

- Lynch, Michael e David Bogen (1996), *The Spectacle of History. Speech, Text, and Theory at the Iran-Contra Hearings*. Durham: Duke University Press.
- Maines, David (ed.) (1991), *Social Organization and Social Process. Essays in Honor of Anselm Strauss*. New York: Aldine de Gruyter.
- Marcus, George (1998), *Ethnography Through Thick and Thin*. Princeton: Princeton University Press.
- Marcus, George (1998a), “Ethnography in/of the World System. The Emergence of Multi-Sited Ehnography” in *Ethnography Through Thick and Thin*, Princeton: Princeton University Press, 79-104.
- Marcus, George (1998b), “The Uses of Complicity in the Changing Mise-en-Scène of Anthropological Fieldwork” in *Ethnography Through Thick and Thin*, Princeton: Princeton University Press, 105-131.
- Massonat, Jean (1987), “Observer” Alain Blanchet *et al.*, *Les techniques d'enquête en sciences sociales*. Paris: Dunod.
- Mauthener, Natasha e Andrea Dooreta (1998), “Reflections on a Voice-Centred Relational Method. Analysing Maternal and Domestic Voices” in Jane Ribbens e Rosalind Edwards (eds.), *Feminist Dilemmas in Qualitative Research. Public Knowledge and Private Lives*. London: Sage, 119-146.
- Mazeland, Harrie e Paul ten Haven (1998), “Essential Tensions in (Semi-) Open Research Interviews”, disponível em <http://www.pscw.uva.nl/emca/ET.htm>.
- Mendes, José Manuel (2003), *Do ressentimento ao reconhecimento: vozes, identidades e processos políticos nos Açores (1974-1996)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Merton, Robert, Marjorie Fiske e Patricia Kendall (1990), *The Focused Interview. A Manual of Problems and Procedures*. New York: The Free Press (edição original de 1956).
- Michael, Mike (1996), *Constructing Identities. The Social, the Nonhuman and Change*. London: Sage.

- Mishler, Elliot (1991), *Research Interviewing. Context and Narrative*. Cambridge, MA: Harvard University Press (edição original de 1986).
- Nunes, João Arriscado (1996), “Escala, heterogeneidade e representação: para uma cartografia da investigação do cancro”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 46, 9-46.
- Pedro, Emília Ribeiro (org.) (1997), *Análise crítica do discurso*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Peneff, Jean (1992), *L' hôpital en urgence*. Paris: Métailié.
- Ragin, Charles (1987), *The Comparative Method: Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies*. Berkeley: University of California Press.
- Ragin, Charles (1994), *Constructing Social Research*. Thousand Oaks: Sage.
- Ragin, Charles e Howard Becker (1992), *What is a case? Exploring the Foundations of Social Inquiry*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Richards, Thomas e Lyn Richards (1994), “Using Computers in Qualitative Research” in Norman Denzin e Yvonna Lincoln (eds.), *Handbook of Qualitative Research*. London: Sage, 445-462.
- Santos, Boaventura de Sousa (1995), *Toward a New Common Sense. Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*. New York: Routledge.
- Schudson, Michael (1992), *Watergate in America Memory. How We Remember, Forget, and Reconstruct the Past*. New York: Basic Books.
- Schwalbe, Michael (1993), “Goffman Against Postmodernism: Emotion and the Reality of the Self”, *Symbolic Interaction*, 16, (4), 333-350.
- Strathern, Marilyn (1991), *Partial Connections*. Savage, Maryland: Rowman & Littlefield Publishers.
- Strauss, Anselm (1987), *Qualitative Analysis for Social Scientists*. New York: Cambridge University Press.

- Strauss, Anselm (1993), *Continual Permutations of Action*. New York: Aldine de Gruyter.
- Strauss, Anselm e Juliet Corbin (1990), *Basics of Qualitative Research. Grounded Theory Procedures and Techniques*, Newbury Park: Sage
- Talbot, Jean *et al.* (1997), “Affirmation and Resistance of Dominant Discourses. The Rethorical Construction of Pregnancy”, disponível em <http://www.massey.ac.nz/~ALock/virtual/mbamberg.htm>.
- Tilly, Charles (1997), “The Trouble with Stories”, disponível em http://www.sociology.columbia.edu/faculty/tilly/pub/tilly_sto.html.
- Vala, Jorge (1986), “A análise de conteúdo” in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das ciências sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Van Dijk, Teun (1984), *Prejudice in Discourse. An Analysis of Ethnic Prejudice in Cognition and Conversation*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Van Dijk, Teun (1993), *Elite Discourse and Racism*. London: Sage.
- Van Dijk, Teun (1996), *La noticia como discurso. Comprensión, estructura y producción de la información*. Barcelona: Ediciones Paidós (Edição original em inglês de 1980).
- Van Dijk, Teun (1997a), “Semântica do discurso e ideologia” in Emília Ribeiro Pedro (org.), *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Van Dijk, Teun (1997b), “Critical Discourse Analysis”, disponível em <http://www.let.uva.nl/~teun/cda.1>.
- Wetherell, Margaret e Jonathan Potter (1992), *Mapping the Language of Racism. Discourse and the Legitimation of Exploitation*. New York: Harvester Wheatsheaf.
- Wetherell, Margaret e Jonathan Potter (1995), “Discoursing About Discourse Analysis”, disponível em: <http://www.psyceru.psych.ucalgary.ca/cournotes/psyc503/discourse.htm>.